

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada **383296**

Classificação
016202

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Por determinação do Sr. Secretário da Mesa



11.01.06
[Signature]

Date
11 01 06

- REQUERIMENTO Número /XI (2.ª)
- PERGUNTA Número /529 /XI (2.ª)

Expeça-se
Publique-se
2011 101106
Q Secretário da Mesa
<i>Recorreis</i>

Assunto: Utilização de recursos públicos na barra da Fuseta

Destinatário: Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

No passado dia 25 de Novembro de 2010, e apesar das vozes críticas da comunidade piscatória, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa tornou público que a nova barra da Fuseta fora aberta ao tráfego marítimo, na sequência das obras executadas durante sete meses no âmbito do Polis.

As obras de recuperação do cordão dunar e abertura de uma nova barra na chamada zona da Toca do Coelho, na ria Formosa, conjuntamente com o encerramento da antiga barra de acesso ao porto de pesca da Fuseta, estavam orçadas em cerca de dois milhões de euros.

Sucede que a nova barra foi aberta à navegação nesse dia dia 25 de Novembro, mas foi oficialmente fechada ao tráfego marítimo apenas cinco dias após a sua inauguração, tendo-se revelado completamente ineficaz para cumprir o desígnio que se propunha.

Recorde-se que a comunidade piscatória da Fuseta vinha alertando para a inutilidade das obras, sem que tais apelos tivessem merecido qualquer acolhimento dos organismos desconcentrados do Estado com competências de jurisdição, gestão e segurança do litoral.

Importa, por isso, esclarecer como foi possível que o Estado tenha tomado a iniciativa de promover a construção de infra-estruturas tão caras (2 milhões de euros) sem que previamente estivesse convenientemente avaliado o risco e garantido que tais investimentos são absolutamente seguros e não autênticas formas de desbaratar o dinheiro dos contribuintes.

Parece tratar-se de um lamentável exemplo de ineficiência, falta de transparência e de rigor na utilização de dinheiros públicos, bem como, da descoordenação na forma como atuam os organismos desconcentrados do Estado e os governantes que os tutelam.

Note-se que o próprio IPTM - Instituto Portuário e Transportes Marítimos três dias antes da abertura da barra fez questão de salvaguardar a sua posição e chamar à atenção para a alta instabilidade natural daquele troço de costa.

Já as demais entidades com jurisdição na segurança e fiscalização marítima simplesmente ignoraram os reiterados avisos da comunidade piscatória quanto à intenção de se criar uma nova barra marítima sem um paredão fixo e alertando que se não fosse dragada constantemente o inverno eliminaria a obra e o deitando por terra um investimento de cerca de 980 mil euros.

Repare-se que a 2 de Dezembro de 2010 já se registava o assoreamento de uma parte do canal de acesso ao mar que condicionou a funcionalidade da nova barra, impedindo os pescadores de irem para a faina. Dias depois, o prognóstico dos pescadores tornou-se verdade: a barra nova não estava navegável.

A própria presidente da Sociedade Polis admitiu, a 09 de Dezembro de 2010, que a barra nova da Fuzeta só estava operacional "em maré média a alta", mas assegurou que as areias da nova barra seriam removidas, assim que as condições marítimas o permitissem.

Importa, por isso, não apenas esclarecer a situação de aparente desperdício grave de recursos públicos já ocorrida, como também conhecer os planos de uma intervenção que se pretende mais rigorosa, estudada, eficaz e sensata.

Nestes termos,

Perguntam os Deputados do PSD abaixo-assinados, através de V. Exa., ao Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

1 – Qual a razão para que a obra tenha avançado sabendo-se de antemão que incidia numa área especialmente assinalada no POOC- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura-Vila Real de Santo António como sendo de elevada susceptibilidade ao assoreamento e galgamento oceânico?

2 – Quais os estudos técnicos que fundamentaram tais decisões dos dirigentes envolvidos no processo de adjudicação sem que estivesse garantida, à partida, a sua total eficácia em matérias de segurança marítima e respeito ambiental, conjugadas com a prossecução dos interesses da comunidade piscatória da Fuzeta?

3 – Foi ou não efectuado Estudo de Impacte Ambiental ou Avaliação Ambiental Estratégica previamente à empreitada e, caso tenham sido dispensados, quais as razões que justificaram tal decisão?

4 – Como está o Governo a pensar resolver definitivamente a situação da comunidade piscatória da Fuzeta e a precariedade do tráfego marítimo de embarcações na ria Formosa entre o canal da Fuzeta ao mar?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

5 – Pretende o Governo avançar com novas intervenções previstas (em processo de adjudicação) no montante de 1.000.000 de euros?

Palácio de São Bento, 4 de Janeiro de 2011,

Os Deputados do PSD

(Ambrosio Leitão Amaro)

(Ambrosio Leitão Amaro)

(Neudes Bota)

(Luísa Rorinha)

(António Cabrita)

(Cristina Crespo)

João Boalça Mendes